



## EU, ELES OU NÓS? EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE <sup>1</sup>

Andréa Oraide Copetti Franco<sup>2</sup>, Eva Terezinha de Oliveira Boff<sup>3</sup>, Fabiane da Silva Prestes<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da UNIJUI

<sup>2</sup> Aluna do curso de Mestrado em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Professora da rede estadual e municipal de Língua Portuguesa Correio eletrônico: portuguesandrea@gmail.com

<sup>3</sup> Professora Orientadora, Doutora em Educação nas Ciências (UFRGS). Professora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. Correio eletrônico: evaboff@unijui.edu.br

<sup>4</sup> Professora Coorientadora, Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES (2018). Correio eletrônico: fabianeprestes@gmail.com

### RESUMO

Este artigo, pretende provocar reflexões acerca de questões que atentem sobre a identidade, dos povos indígenas e não indígenas do Brasil, com o objetivo de compreender como essas relações se estabelecem no cenário atual. Para sua realização fez-se o uso da revisão bibliográfica, utilizando como descritores “identidade brasileira e indígena”, do qual foram encontrados 124 artigos, destes, cinco foram selecionados por se relacionarem diretamente com o objetivo da pesquisa, em que, procurou-se estabelecer um diálogo com a obra “Identidade e Diferença, a Perspectiva dos Estudos Culturais” de Tomaz Tadeu da Silva. O estudo demonstra, por meio dos artigos analisados, que ainda são reduzidas às reflexões e práticas escolares que abordem satisfatoriamente a temática indígena por um viés contemporâneo, na perspectiva decolonial, intercultural e crítica. O que se vê são práticas isoladas obrigadas ao cumprimento da problemática, conforme a lei 11.645/2008. A temática é abordada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC,2018) em um caderno anexo intitulado de temas transversais. Além disso, normatiza-se a relevância da temática nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS 4 – Educação de Qualidade). O reconhecimento da diversidade cultural (em sua identidade, mas também na diferença) em uma cultura multicultural, como a brasileira, se faz necessário para a construção de uma identidade nacional que, entretanto, não negue os aspectos individuais de cada cultura que a compõe.

**Palavras-chave:** Identidade. Diferença. Povo brasileiro

### ABSTRACT

This article aims to provoke reflections on issues that affect the identity of indigenous and non-indigenous peoples in Brazil, with the aim of understanding how these relationships are established in the current scenario. For its realization, a bibliographical review was used, using as descriptors "Brazilian and indigenous identity", from which 124 articles were found, of which five were selected because they were directly related to the research objective, in which it was sought to establish a dialogue with the work “Identity and Difference, the Perspective of Cultural Studies” by Tomaz Tadeu da Silva. The study demonstrates, through the articles analyzed, that they are still reduced to reflections and school practices that

satisfactorily address the indigenous theme from a contemporary perspective, in a decolonial, intercultural and critical perspective. What we see are isolated practices required to comply with the problem, according to law 11.645/2008. The theme is addressed in the National Common Curricular Base (BNCC, 2018) in an attached notebook entitled cross-cutting themes. In addition, the relevance of the theme in the Sustainable Development Goals (SDG 4 – Quality Education) is standardized. The recognition of cultural diversity (in its identity, but also in difference) in a multicultural culture, such as Brazil, is necessary for the construction of a national identity that, however, does not deny the individual aspects of each culture that composes it.

**Keywords:** Identity. Difference. Brazilian people.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo ocupa-se de diversos aspectos e questionamentos sobre a temática indígena, embora não se tenha a pretensão de encontrar respostas, e sim, provocar questionamentos. Entre as questões motivadoras, foram especialmente abordadas: Qual a relação entre o reconhecimento da identidade indígena e não indígena enquanto identidade nacional? Qual elo liga o descaso da sociedade em compreender a situação dos povos originários, com a falta do reconhecimento da identidade desses povos e da sua própria? Como a escola e o currículo escolar poderiam contribuir para uma mudança nesse sentido?

Devido ao número de pesquisas realizadas no campo da educação, sobre a temática indígena, e diante da impossibilidade de abrangê-las, correndo o risco de uma excessiva simplificação de abordagem, o que este artigo se propõe, é discutir alguns aspectos que vem sendo referidos em artigos no campo da educação, que versem sobre a identidade brasileira e a identidade indígena e o lugar do currículo escolar nesse diálogo.

Silva (2019), enfatiza que a identidade somente pode existir análoga a diferença, as quais não podem ser resumidas a tolerância e ao respeito, visto que são construções sociais e culturais e como tais, devem ser compreendidas. Acerca do estudo das questões de identidade e diferença dos povos originários, pode-se considerar como ponto de partida da análise o alargamento da compreensão do modo de viver do indígena, cuja relação com o mundo apoia-se no respeito e harmonia com a natureza e sua relação com o consumo se faz de modo muito diferente a do não indígena. Portanto não se trata de incluir o indígena em um universo cultural único e eurocêntrico, como diz Silva (2019), não se trata de inclusão e sim de compreender essas construções sociais e culturais, considerando que o currículo escolar na perspectiva de Silva sempre é uma forma de poder.

Nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ONU(2015), os 193 Estados membros apresentam um plano de ação global para eliminar a pobreza e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030, na qual as nações trabalharão em prol das 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). A escola, ao abordar de forma consciente a temática indígena, respeitando à cultura e modo de viver desse povo, incentiva os alunos a desenvolverem o conhecimento crítico e reflexivo acerca de assuntos sociais tão carentes de atenção. Deste modo, alinha o currículo ao cumprimento da ODS-4, meta 4.7, assim definida: “Educação de qualidade”, propõe a garantia de acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e a promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, na qual uma das metas(4.7) é até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

## **METODOLOGIA**

A proposta é de uma pesquisa teórica desenvolvida a partir de produções científicas sobre a identidade indígena, a qual parte do estado do conhecimento. De acordo com Ferreira (2002), o estado do conhecimento se direciona à abordagem da produção escrita de um setor de publicações específicas sobre a temática em estudo. Sobre a revisão bibliográfica Noronha e Ferreira (2000), dizem ser fundamental para a escrita de um texto científico, independente do gênero: uma tese, uma dissertação, um projeto ou a escrita de um artigo científico de revisão.

Os dados foram coletados a partir do Portal de Periódicos da CAPES, via plataforma CaFE, filtrando a pesquisa para artigos revisados por pares, o qual selecionamos somente periódicos que publiquem trabalhos avaliados por avaliadores externos, usando os descritores “Identidade Brasileira e Indígena”, delimitada pelas produções de 2017 a 2022. Foram encontrados 124 resultados, dos quais foram selecionados os cinco que melhor relacionavam-se aos objetivos propostos.

Num segundo momento apresentamos o estudo referente a questão da identidade e da diferença, pela perspectiva de Tomaz Tadeu da Silva (2019), com foco na segunda parte da obra “Identidade e Diferença, a Perspectiva dos Estudos Culturais”, intitulada como “A produção social da identidade e da diferença” partindo então, para a análise das informações obtidas no intuito de compreender um pouco mais sobre esse processo de negação/aceitação de identidade e como ele se reflete no pensamento e conseqüentemente no currículo escolar. A tabela a seguir indica os artigos que compõem este texto bem como os objetivos, autores e periódico consultados.

Tabela: Artigos que compõem o estado do conhecimento abarcados nesta elaboração.

<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Revista</b>	<b>Objetivo</b>
<b>Ensino de História, Diálogo Intercultural e Relações Étnico-Raciais</b>	MEINERZ (2017)	Educação e Realidade	O texto apresenta reflexões que colocam em conexão o ensino de História, a interculturalidade e a educação das relações étnico-raciais.
<b>A Produção Científica Sobre Educação Indígena no Brasil: uma Revisão Narrativa</b>	MAROLDI et al, (2018)	RIAEE–Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	Discutir práticas discursivas veiculadas entre governo e povos indígenas na luta pelo Território no atual cenário político.
<b>Por Que Estudos Culturais?</b>	BONIN et al, (2020)	Qualitativa, Análise documental	Apresentar o adensamento da discussão sobre Educação e Estudos Culturais, por meio da investigação de articulações entre às temáticas indígenas e afro-brasileiras.
<b>O sentido de ser ‘índio’: práticas discursivas na luta pelo território no atual cenário político brasileiro</b>	BORGES; FERNANDES (2020)	Acta Scientiarum	Discutir práticas discursivas veiculadas entre governo e povos indígenas na luta pelo Território no atual cenário político.
<b>“SE O ÍNDIO FOR ORIGINAL”: A</b>			Demonstrar como a negação da



<b>negação da coetaneidade como condição para uma indianidade autêntica na mídia e nos estudos da linguagem no brasil</b>	NASCIMENTO (2018)	Trab. Ling. Aplic., Campinas	coetaneidade é estratégica e atende a interesses supralocais e circula facilmente na sociedade.
---	-------------------	------------------------------	---

## 1. DIALOGANDO COM A IDENTIDADE INDÍGENA E BRASILEIRA

O artigo, “Ensino de História, Diálogo Intercultural e Relações Étnicos-Raciais”, de Meinerz (2017), apresenta reflexões que relacionam a história, interculturalidade, educação e as relações étnicos-raciais, apresentando resultados de estudos realizados no Município de Cachoeirinha/RS. A motivação se fez pela seguinte pergunta, logo no início do artigo: Existe alguma especificidade na educação das relações étnico-raciais no Rio Grande do Sul (RS)? Há um jeito gaúcho de receber as Leis 10.639/03 e 11.645/08?

Segundo a autora, esse movimento por uma educação para a diversidade, antirracista e pela inclusão de tais temáticas no currículo não é recente, lembra das lutas pela promoção da igualdade racial no país, produzidas pelo Movimento Negro e pela Organização de Mulheres Negra e nas lutas por direitos dos povos ameríndios, porém, o que as organizações indígenas têm expressado publicamente é a defesa de que as distintas etnias possam viver dignamente em suas terras, conforme seus sistemas culturais, numa postura de diálogo com os demais grupos ou movimentos de pertencimento étnico-racial. A autora questiona, o que então caracteriza as relações étnico-raciais no Brasil? Observa que o racismo no Brasil, historicamente, afirma-se na intimidade e na informalidade, ao mesmo tempo em que o mito da boa convivência e da democracia racial se consolida na representação do que seja ser brasileiro. Diz, que aquilo que se pensa sobre o Rio Grande do Sul caracteriza-se por uma ideia de um lugar mais branco e de menor mestiçagem, cuja grande contribuição para o Brasil é relativa à presença de imigrantes europeus, notadamente italianos e alemães, por vezes portugueses açorianos. Esse pensar apreendido na intimidade e nos próprios processos de escolarização contribuiu historicamente para a invisibilidade social e simbólica da presença negra e indígena no sul do Brasil, em que a própria construção da invenção das tradições relativas ao que se passou a denominar como gaúcho cria um novo personagem pouco conectado com as memórias e histórias de afro-brasileiros e indígenas aqui nascidos.

Meinerz (2017), realiza também um mapeamento de como essa temática, no curso de história, sendo obrigatória por lei é trabalhada nas universidades do RS, por meio de uma análise dos currículos universitários. Numa primeira análise, observa que na abordagem curricular das histórias e culturas indígenas, no ensino superior, há menor presença da obrigatoriedade, variando bastante de Universidade para Universidade.

A autora, destaca que mesmo com todos os movimentos da colonização, do genocídio, da exploração, da catequização, de todas as tentativas de assimilar os indígenas à sociedade nacional, eles aqui se mantiveram, resistentes, embora silenciosos, sendo a todo momento postos à prova quanto às suas identidades étnicas, visto que a concepção que predomina nas sociedades não indígenas é de povos do passado, não compreendendo que a dinâmica cultural, que é própria de todas as sociedades, faz com que incorporem alguns elementos da cultura ocidental, o que não significa que deixaram de se identificar como indígenas.

No artigo “A produção Científica sobre a Educação Indígena no Brasil: Uma revisão narrativa”, os autores, Maroldi et al (2018), fazem inicialmente uma análise sobre a educação indígena no Brasil, iniciada na segunda metade do século XVI. De lá até aqui, a educação indígena tem sido tema de controvérsias e discussões, no nível acadêmico e governamental.

O trabalho apresenta as principais publicações sobre educação indígena e como resultados, mostraram que os primeiros estudos acadêmicos iniciaram em 1970 e que os estudos até o momento da finalização do artigo, mostraram-se já não mais tão preambulares, o que denota que esta temática está se constituindo, diante da necessidade cada vez mais urgente de que as questões indígenas sejam discutidas em todos os campos de conhecimento.

“Por que Estudos Culturais?” Com esse título indagativo, o artigo produzido por Bonin et al (2020) apresentam o adensamento da discussão sobre Educação e Estudos Culturais, por meio da investigação de articulações entre às temáticas indígenas e afro-brasileiras. Dentre as colocações, foi apresentado discussões sobre os Estudos Culturais para as reflexões curriculares. As autoras apontam três movimentos intelectuais relevantes: a expansão da noção de currículo, a intensificação de análises sobre políticas e programas governamentais e, ainda, uma detida reflexão acerca de como as noções de identidade e diferença impregnam proposições curriculares. Também foram mapeadas teses e dissertações que colocaram em foco a temática indígena entre 2000 a 2013, em três programas de pós-graduação em Educação, indicando a tendência de que a problematização da ideia de marcadores culturais de diversidade,

identidade e diferenças, estão sendo analisadas mais criticamente, embora ainda exista muito a ser feito nesse campo. Tal estudo se propôs a reunir uma amostra de estudos e reflexões acerca dos Estudos Culturais que são inspiração para as discussões que questionem essencialismos, fundamentalismos, eurocentrismos, racismos e de alguma forma contribuam para possíveis formas de resistência político acadêmica.

“O sentido de ser ‘índio’: práticas discursivas na luta pelo território no atual cenário político brasileiro”, de Borges; Fernandes (2020), discutem práticas discursivas veiculadas entre governo e povos indígenas na luta pelo Território no atual cenário político. Nessa análise discursiva, mostram as contradições e foi problematizado as evidências de sentido objetivando contribuir com práticas discursivas eficientes na luta contra os discursos hegemônicos. Segundo as autoras, no Brasil a pauta sobre temática indígena é mínima, por conta da invisibilidade desses povos. Não é de conhecimento, no geral, quem são, quantos são, onde vivem, o que fazem. Inicialmente traça um panorama do atual descaso que está ocorrendo em relação aos interesses indígenas no atual governo.

As autoras utilizam o conceito de identidade como construção social nas práticas discursivas, que não tem nada ver com o conceito de identidade como parte da natureza da pessoa, nem com sua essência, nem como ser unitário.

A construção da identidade do indígena, o “ser índio” acontece na sua relação com o “branco” e é uma relação extremamente conflituosa, como colocam as autoras que segue mostrando que o indígena no Brasil tem sua autenticidade determinada pelo não indígena, uma identidade construída ao longo da colonização que para o imaginário social é do índio selvagem, que vive nu, vivendo em aldeias, e que sejam de ocas, entre outros estereótipos criados.

As autoras mostram os números impiedosos do genocídio acontecido até aqui, e dizem que é no abismo construído entre indígenas e não indígenas, que o indígena está criando resistência, se fortalecendo na sua identidade. À análise do discurso cabe mostrar as contradições e problematizar os sentidos, contribuindo com práticas discursivas que lutem eficientemente contra os discursos hegemônicos.

No artigo “Se o índio for original: A negação da coetaneidade como condição para uma indianidade autêntica na mídia e nos estudos da linguagem no Brasil”, de Nascimento (2018), o autor apresenta a questão do indígena na contemporaneidade, como a sua cultura é

vista pelo não indígena e os estudos da linguagem para os quais uma “identidade indígena autêntica” se faz importante. Apresenta discursos(casos) que demonstram essa realidade de negação, o que se torna uma estratégia de desmonte da cultura indígena. Apresenta a hipótese de que a negação da coetaneidade é implementada, talvez de forma mais sutil e naturalizada, em pressupostos teóricos dos estudos da linguagem que se dedicam às línguas e situações sociolinguísticas indígenas.

Dentre vários depoimentos, o autor cita o artista indígena Makuxi, que lida cotidianamente com o imaginário da sociedade não indígena que pressupõe a reproduz em seus discursos a “pureza” como índice de autenticidade de sua identidade étnica. Segundo Makuxi a consequência mais grave deste imaginário é que “não se consideram mais indígenas as pessoas com histórias atuais próprias”. Conforme o autor, para a sociedade colonial justificar a violência imposta historicamente, foi preciso inventar o outro, no caso o indígena, como sendo o bárbaro, o primitivo, o selvagem e atrasado em relação à experiência moderna, desqualificando-o e ao retirá-lo da sua cultura ocasionando a perda da sua identidade.

Sobre as interpretações da pesquisa, o autor tem como principal, embora não definitiva, a de que existe uma “identidade indígena” pressuposta e privilegiada na produção acadêmica analisada que pressupõe uma identidade que se funda, basicamente, em concepções de língua, cultura e território. Diz que o conjunto de estudos observados parece privilegiar como objeto de estudos uma identidade indígena monolíngue (mesmo quando as pessoas ou os grupos são bi ou plurilíngues), culturalmente homogênea (mesmo que os fluxos e intercâmbios sejam mais antigos que a própria colonização e tenham sido irremediavelmente complexificados pelos processos recentes de globalização) e constituída por uma comunidade territorial e culturalmente bem delimitada e não menos estável e homogênea. Neste sentido, o autor diz ser plausível pensar que, também para as áreas de estudos da linguagem, exemplificados no artigo, a negação da coetaneidade indígena, mantenedora de uma identidade preferível como objeto de estudo, é estratégia e condição necessárias para a própria existência do campo.

Conforme o autor, não se trata de negar a indianidade da tribo, dos ritos, dos chás, das ervas, das curas e dos mistérios, mas de ampliar os enquadres interpretativos de modo que essa indianidade possa ser compreendida, primeiro, não como presa ao passado, mas compartilhando uma contemporaneidade diferente e alternativa à imaginada pela modernidade eurocentrada.

## 2. IDENTIDADE E DIFERENÇA, A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS

Ao fazer-se um apanhado da segunda parte da obra “Identidade e Diferença, a perspectiva dos Estudos Sociais, organizada por Silva; Hall; Wooddward (2014). Enfatiza-se à importância do processo de produção discursiva e social da diferença, em que, a questão da diferença e da identidade não pode ser resumida a tolerância e o respeito, não podem ser tomadas como naturais por serem construções sociais e culturais e como tal, devem ser questionadas e problematizadas e não celebradas. Para Silva, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – nem da natureza, nem da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada ou permanente. Também não há uma homogeneidade da identidade. Desse modo, ela não é definitiva, acabada, idêntica, transcendental. De qualquer forma, é possível asseverar que a identidade é uma produção, um efeito, um processo de construção, um elemento relacional e uma performance. (SILVA, 2014)

O autor também destaca a instabilidade, a fragmentação, a inconsistência, as contradições e o aspecto inacabado da identidade, que está, portanto, ligada a estruturas discursivas e narrativas, bem como a sistemas de representação e de poder. Ele argumenta que as relações de poder mantem estreita relação com a identidade e a diferença, partindo de conceituações de estudos culturais sobre identidade e diferença, discussões que partem do campo da pedagogia, mas extrapolam essa esfera do conhecimento em direção as esferas da vida e das relações. Aponta inicialmente que a identidade e a diferença são inseparáveis, interdependentes, embora pensa-se a diferença como um produto oriundo da identidade, a identidade se constitui na diferença sendo produzida pela linguagem, pelo sentido e marcada pela indeterminação e instabilidade.

Silva (2014) destaca que a identidade é uma relação social que tem sua definição ligada a relações de poder que não são simplesmente definidas, e sim impostas. E nessa disputa pela identidade, outras questões mais amplas, de poder e de recursos simbólicos materiais de poder da sociedade, traduzem um espaço de diferentes grupos sociais no qual alguns tem acesso privilegiado aos bens sociais. A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidos, e onde há diferenciações, lá se faz o poder. A questão de identidade sempre se relaciona com o incluir e o excluir, dizer o que pertence e o que não pertence, marcar fronteiras, fazer separações por onde as relações de poder são reafirmadas.



O processo de classificação é central na vida social, conforme Silva (2014) entendido como um ato de significação pelo qual dividimos o mundo social em grupos ou classes. A identidade e a diferença estão relacionadas pela forma como a sociedade produz e utiliza as classificações, que são feitas a partir do ponto de vista da identidade. Dividir e classificar também significa hierarquizar, quem classifica automaticamente atribui valores ao grupo classificado. Apresenta como a mais importante forma de classificação as oposições binárias que giram em torno de duas classes polarizadas em que uma receba toda uma carga positiva enquanto a outra recebe a carga negativa, processo analisado detalhadamente pelo filósofo francês Jacques Derrida ao fixar uma norma em uma determinada identidade que passa a ser uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e diferenças.

A normalização é considerada, por Silva (2014, p. 83) como “um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença”. Normalizar, segundo ele, significa eleger- arbitrariamente- uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Quando um grupo define um determinado padrão para a identidade, esta passa a ser o modelo ideal dentro de uma certa normatização que a sociedade estabelece. Partindo dessa ideia, aquele que não se enquadra nesse padrão perde a referência identitária.

Silva (2014), traz a discussão das identidades nacionais, dizendo que é necessário criar laços imaginários que permitam ligar pessoas e que sem esses laços seriam simplesmente indivíduos isolados. O autor, com base em Anderson, salienta o conceito dos “mitos fundadores”, que remete à um acontecimento heroico, épico, etc. que inaugura as bases de uma suposta identidade nacional. Afirma ainda, que a identidade e a diferença estão ligadas a sistemas de significação, sendo a identidade um significado cultural e socialmente atribuído. Também destaca o conceito de representação, em conexão com uma teorização sobre a identidade e a diferença, sendo a representação, uma forma de atribuição de sentido. “Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder.” (SILVA, 2014, p.91). Diante disso faz-se muito necessário questionar quem tem o poder de representar.

Para o autor, a ligação da representação com a identidade e a diferença, significa dizer: “essa é a identidade, “a identidade é isso”. Ao se questionar os sistemas de representação que dão sustentação a identidade e a diferença, aparece a crítica das suas formas de representação.

Considera então que a pedagogia e o currículo deveriam oferecer aos educandos a oportunidade de desenvolver a capacidade crítica e de questionamento dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que os artigos analisados, por meio de revisão bibliográfica, têm em comum a urgência da discussão da temática indígena, em escolas e universidades, por meio de um diálogo centrado na compreensão da identidade e da diferença. Embora perceba-se um avanço nos escritos sobre reflexões e práticas pedagógicas para tratar do tema, estas ainda acontecem de forma muito restrita. Os povos originários, que após séculos de política assimilacionista, tem seus direitos reconhecidos pela lei, pós Constituição de 1988, final do século XX, inclusive o direito à diferença, o que abrange a integridade dos aspectos simbólicos da sua cultura, que foi fortalecido por meio da lei nº 11.645/2008 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõe uma abordagem transdisciplinar. Porém, no que diz respeito a esse povo indígena, direitos reconhecidos por lei e direitos realmente respeitados, transitam em esferas muito diferentes no cenário brasileiro.

Tais estudos ocupam espaço no meio acadêmico e também nas escolas, ainda que essas questões encontrem resistência, no que tange ao real cumprimento da obrigatoriedade do trato dessa temática nos currículos escolares. Constata-se uma negação, por parte da sociedade em geral, do reconhecimento das diferenças e dos direitos dos povos indígenas em relação aos povos não indígenas. Faz-se necessário, por meio do fortalecimento da identidade cultural, o reconhecimento da sociedade do povo indígena do seu lugar, da sua cultura, espiritualidade e modo de viver. Esse processo de assimilação cultural iniciado em 1500, com a chegada dos colonizadores em terras brasileiras precisa ser interrompido. O descendente dos colonizadores e também dos movimentos imigratórios a partir do século XVIII, trouxeram consigo o orgulho, a soberba e superioridade do seu povo de origem, o que talvez explique o fato da identidade brasileira ainda estar tão vinculada ao eurocentrismo, o que de certa forma justificaria o da invisibilidade dada aos indígenas, que até então, eram taxados de inferiores. O que remete a seguinte complexificação, enquanto identidade nacional, no atual cenário, como o cidadão do Brasil, indígenas e não indígenas, se reconhecem diante da grande diversidade cultural?

O que remete a constatação do fato do Brasil ser um país multicultural, decorrente do processo colonizador e que contava com aproximadamente 5 milhões de indígenas no século

XVI, sendo hoje menos que um milhão, vítimas do massacre de uma colonização genocida e o quanto faz-se necessário a reconstrução e o resgate de uma nova identidade indígena e também brasileira, considerando que a identidade, conforme Silva(2014) não é fixa, estável, coerente, unificada ou permanente. Também não há uma homogeneidade da identidade. Desse modo, ela não é definitiva, acabada, idêntica, transcendental.

Vivemos em um Brasil desigual em muitas instâncias, mas temas raciais, como o dos indígenas, precisam ser problematizados para que mudanças aconteçam, começando no universo escolar, por meio de um currículo emancipatório. O currículo e a educação precisam ser pensados a partir da sua função social, em um processo voltado para o coletivo e o bem comum, em que educadores humanizados terão educandos humanizados.

Porém, é necessário lembrar que a problemática dos povos indígenas é de responsabilidade de todos e não somente das escolas, embora seja o espaço escolar o lugar constituído para a desconstrução da discriminação e do preconceito e também palco de debate de questões de justiça social. Esse estudo aponta para a percepção de uma nação jovem constituída por muitas culturas e que ainda se encontra em processo de construção identitária paralelamente aos povos originários que tiveram a sua cultura nativa devastada e encontram-se, por meio da resistência colocar-se no cenário nacional como indígenas e brasileiros. O processo de colonização iniciado no século XVI e que continuou através dos séculos precisa ser revertido, ou seja, desfazer ou reverter a estrutura do poder colonial, rompendo-a, afastando-se do eurocentrismo, instituído como universal. O povo brasileiro, indígena e não indígena, branco ou negro, homem ou mulher, enfim toda gama de diversidade que o compõe, precisa reconhecer-se como brasileiro e sair do lugar de colono.

O pensamento geral pautado na desigualdade, se reflete nas escolas, que vivem dilemas para o enfrentamento do racismo e das práticas discriminatórias e preconceituosas. Na história brasileira a discriminação étnico-racial continua tão intensa que se fez necessário a criação de movimentos de reparação histórica por meio da construção de um processo de reivindicações e lutas que constituíram posições e políticas públicas, mas que atualmente encontram-se muito ameaçadas pelo atual governo. O tema da educação cultural é fundamental, se pensarmos que os preconceitos são aprendidos no processo civilizatório e se materializam em atos discriminatórios de repúdio ao diferente, portanto a escola tem que ser, também, o lugar dessa fala.

Silva (2014), ao discorrer sobre a questão da identidade e diferença, reforça que a identidade se constitui na diferença, problematiza nas suas colocações as questões iniciais propostas nesse artigo, onde as relações de poder mantem estreita relação com o reconhecimento da identidade, pensando em um processo colonizatório em que o colonizador manteve uma relação de poder sobre o indígena, no qual o mesmo foi subjugado e classificado como inferior. Tal classificação se arrastou até os dias atuais e o não indígena ainda hoje mantêm os estereótipos criados desde o tempo da colonização continuando esse círculo vicioso de hierarquização.

Então, o reconhecimento do indígena enquanto identidade cultural diferente, porém não inferior, ainda tem um caminho longo até a sua desconstrução. Estamos diante de um momento histórico importante, em que os povos indígenas estão mostrando resistência e buscando firmar-se na sua identidade e diferença, o que corresponde ao “direito de exercer seu direito”, de ser quem realmente são, os povos originários do Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017.

Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)

Acesso em: 18.7.2023.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Publicado no DOU de 11/3/2008. 2008. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm). Acesso em: 8.7.2023

BONIN, I. T., RIPOLL, D., & AGUIAR, J. V. (2015). A temática indígena sob as lentes dos Estudos Culturais e Educação – algumas tendências e enfoques analíticos. *Educação*, 38(1), 59–69. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2015.1.18444> Acesso em 8.7.2023.

BORGES, L.A; FERNANDES, E.M da F. O sentido de ‘ser índio’: práticas discursivas na luta pelo território no atual cenário brasileiro. *Revista Acta Scientiarum*. Language and Culture, v42, e51609,2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v42i2.51609> Acesso em : 8.7.2023.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 257–272, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013> Acesso em: 8.7.2023

MAROLDI A. M.; LIMA M. LF.; HAYASHI, I.P.MC. A produção científica sobre educação indígena no Brasil: uma revisão narrativa. **RIAEE–Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 931-952, jul./set., 2018. E-ISSN: 1982-5587DOI:10.21723/riaee.v13.n3.2018.10211. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10211/7458> Acesso em: 8.7.2023

MEINERZ, C.B. Ensino de história, diálogo intercultural e relações étnico-raciais. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.42, n.1, p.59-77, jan/marc, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/64XbXN7mH3zPMFLv7xqkQxM/?lang=pt> Acesso em: 8.7.2023

NASCIMENTO, A. M. do. “SE O ÍNDIO FOR ORIGINAL”: A negação da coetaneidade como condição para uma indianidade autêntica na mídia e nos estudos da linguagem no Brasil. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, 2018 <https://doi.org/10.1590/2175-623661184>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/64XbXN7mH3zPMFLv7xqkQxM/?lang=pt>

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, B. S.; CONDÓN, B. V.s; KREMER, J. M. (Org.). *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais* Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ONU BR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. *A Agenda 2030*. 2015. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel> Acesso em 2.7.2023

SILVA, T. T. A Produção da Identidade social e da diferença. In: SILVA, T.T.; HALL, S.; WOODWARD, K.. *Identidade e Diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais*. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

SILVA, T. T. *Documentos de Identidade. Uma introdução as teorias do currículo*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2019.

